

BOLSONARO LIBERA R\$ 20 BILHÕES PARA VACINAÇÃO CONTRA COVID-19

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



O presidente Jair Bolsonaro assinou na última quinta-feira (17) uma medida provisória que destina R\$ 20 bilhões para o programa nacional de vacinação contra a covid-19. O dinheiro já está disponível para ser usado pelo Ministério da Saúde. Após assinar a MP, Bolsonaro afirmou que vai comprar todas as vacinas que forem aprovadas pela Anvisa e disponibilizá-las “de forma gratuita e voluntária”

PÁG. 3

Destaque garante verba para a Unemat Cuiabá

PÁG. 5

NEURILAN FICA NA DIREÇÃO DA AMM-MT

Com 76 votos favoráveis, o ex-prefeito de Nortelândia, Neurillan Fraga venceu a votação para presidência da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM). Ele foi reeleito pela terceira vez e irá cumprir o seu quarto mandato. 121 prefeitos votaram na última terça-feira (15). Seu adversário, Mauro Rosa, prefeito de Água Boa obteve 45 dos votos. A eleição para a nova diretoria foi parar na Justiça e só ocorreu após derrubada de liminar que havia suspenso a realização do pleito

PÁG. 4



Gilberto Leite

Mauro Mendes garante vacina para Mato Grosso

O governador Mauro Mendes (DEM) confirmou a intenção de adquirir cerca de 500 mil doses da CoronaVac, vacina produzida pelo Instituto Butantan em parceria com a Sinovac. A compra garantirá acesso mais rápido dos mato-grossenses à imunização, mas só será confirmada se o Ministério da Saúde atrasar a distribuição das vacinas

PÁG. 3

Base de Emanuel negocia chapa única na Câmara

Os vereadores reeleitos da base de Emanuel (MDB) articulam uma chapa para concorrer à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cuiabá. Com recuo de Renivaldo (PSDB), seguem na disputa para ser candidato do cargo mais cobiçado da mesa, a presidência, Juca do Guaraná (MDB) e Marcrean Santos (Progressista). Enquanto isso, Diego Guimarães (Cidadania) costura por fora e tenta fortalecer seu projeto para disputar a presidência

PÁG. 3

EDUCADORES E PAIS PROTESTAM



Divulgação/Sintep Cuiabá

Professores, pais e estudantes fizeram um protesto em frente à Escola Estadual Presidente Medici, em Cuiabá, na manhã da última quinta-feira (17). O movimento é contra a implantação do sistema de gestão compartilhada militar, que deverá transferir parte da gestão da escola para a Polícia Rodoviária Federal (PRF) a partir do próximo ano. A escola tem mais de 1,3 mil alunos, dos ensinos fundamental e médio

PÁG. 6

Novo grupo assume BR-163 em MT

Prevista para ocorrer ainda no primeiro trimestre de 2021, a troca de controle acionário da Concessionária Rota do Oeste - responsável pelo trecho da rodovia entre os municípios de Itiquira e Sinop, em Mato Grosso, deve destravar as obras de duplicação pendentes. Dos 453,6 km da via, apenas 117,6 km foram duplicados pela gestão atual

PÁG. 8

Construção lidera retomada do emprego

A construção civil enfrentou grandes oscilações em 2020, mas desde maio apresenta forte recuperação e termina o ano como o maior gerador de empregos do país. Até outubro foram mais de 138 mil vagas. Desse total, mais de 5,4 mil contratos de trabalho formais foram assinados em Mato Grosso.

PÁG. 7

EDITORIAL

Momento crítico

Enquanto a população debate a obrigatoriedade ou não da vacinação e tenta retornar a uma pretensa normalidade, o contágio segue crescente em Mato Grosso. Na última quarta-feira (16), foram registrados mais de mil casos novos de covid-19 pela primeira vez em mais de dois meses, conforme o boletim da Secretaria de Estado de Saúde. A taxa de ocupação das UTIs, que chegou a atingir menos de 30% em meados de novembro, voltou a subir para 43,18%.

Não se trata de um caso isolado de Mato Grosso. Na

mesma quarta-feira, o Brasil registrou o maior número diário de casos desde o início da pandemia: 70.574 novas infecções. Também foi registrado o maior número de mortes dos últimos três meses.

Dados da Prefeitura de Cuiabá também apontam para um crescimento do contágio na capital. O índice Rt, que mede a capacidade de contágio do vírus, chegou a 0,96 na semana encerrada em 12 de dezembro. Isso significa que cada grupo de 100 pessoas infectadas pode 'passar' o vírus para outras 96. O número é o maior nas

últimas duas semanas e consolidada uma tendência lenta de alta nos contágios que teve início na semana 46, quando o índice Rt atingiu 0,98.

Os próprios analistas que assinam o relatório apontam que "a elevação deste índice nesta semana, indica a possibilidade do aumento da força de transmissão podendo interromper a desaceleração da disseminação do vírus" e pedem reforço nas ações de vigilância para evitar um novo crescimento na transmissão do vírus.

O relaxamento das medidas de segurança teve início como uma necessidade econômica, diante do alto número de desempregados e da grave crise que se ins-

talou no país, mas logo se tornou uma banalidade. É cada vez maior o número de pessoas circulando como se nada estivesse acontecendo e bradando aos quatro ventos que a pandemia acabou, ou que não é "tudo isso que pintam". Ledo engano. Se hoje vivemos uma fase 'confortável', é devido às medidas protetivas que foram adotadas lá atrás, no auge da pandemia, quando ainda levávamos com seriedade a ameaça trazida pelo vírus.

Especialistas em Saúde Pública fazem um apelo à consciência cívica dos brasileiros. O temor é que as aglomerações das festas de fim de ano acelerem ainda mais a onda de contágios e nos leve a viver o janeiro mais



triste da história. A recomendação é que se reúnam apenas familiares mais próximos neste momento, mas o que se vê nas redes sociais é um calendário recheado de festas.

Vivemos um momento crítico e que exige de nós mais civilidade do que nunca. Evite aglomerações. Assim, quem sabe, poderemos comemorar as próximas festas em paz ao lado daqueles que amamos.

Um fórum para o Pantanal

Wellington Fagundes (*)

Maior área alagada do planeta, o Pantanal é uma reserva internacional da biosfera, reconhecida pela Unesco e deve ocupar perante ao mundo - assim como a Amazônia - o seu lugar prioritário que a natureza o concedeu.

A 'internacionalização' do bioma, no entanto, não pode se restringir apenas às suas belezas tão contempladas nas mais diferentes nações. É preciso que o Pantanal seja patrimônio do mundo de forma prática e objetiva.

O trabalho realizado pela Comissão Temporária Especial, concluído na última semana com apresentação do relatório contendo diversas sugestões de ações, em verdade, não é o fim. Está longe disso. O documento final aplica adicionais responsabilidades.

Como, por exemplo, fazer com que os países pantaneiros participantes do Mercosul, inclusive a Bolívia que está em processo de adesão ao bloco -, possam definir uma estratégia, em acordo específico, para atuação articulada no combate ao desmatamento e aos incêndios florestais.

Por mais que seja o Brasil o país que abriga o maior percentual do bioma, a responsabilidade deve ser compartilhada por todos. É preciso que haja responsabilidades concorrentes.

Até porque o Pantanal não é um pedaço de terra qualquer - que, apenas por ser terra, já é valioso para o sentido da vida. Trata-se do mais denso bioma do mundo, que abriga 132 espécies de mamíferos, como anta, capivara, veado, onça-pintada, morcego; de catalogadas 85 espécies de répteis, sendo os jacarés com a maior variedade; de 463 espécies de aves, como o tucano, arara, tuiuiú, carão; mais 35 espécies de anfíbios, como a rã-verde; e 263 espécies de peixes: pacu, pintado, bagre, traíra, dourado, piau, jaú (o maior da região). Além disso, há milhares de plantas e uma vegetação fascinante. Portanto, vida em abundância.

Em tempos de pandemia, a crise nos empurra a falar de desenvolvimento, de falar de progresso, de falar de infraestrutura, de estradas, de ferrovias, navegação, de transportes como instrumento de desenvolvimento, temas a mim muito caros, até pela necessidade de o Brasil gerar cada vez mais emprego para melhorar a vida das pessoas. Mas nada disso tem significado se não for consorciado com a preservação natural das espécies.

E quando se fala em espécies, falamos prioritariamente de seres humanos. Preservar e conservar o Pantanal, a rigor, é princípio da preservação humana. As populações que habitam o Pantanal têm essa consciência. Para eles - como deve ser cada vez mais uma

preocupação - nada é mais importante que a conservação.

O diagnóstico sobre a situação do Pantanal em chamas foi lastreado na ciência e no conhecimento. São r importantes recomendações.

Para se ter uma ideia, só em soluções econômicas e de gestão para o Pantanal são sete encaminhamentos ao presidente da República. As soluções para as áreas ambientais e de infraestrutura reúnem mais cinco ações fundamentais. Detalhadas, há praticamente um 'ministério' de ações.

Além disso, já está em curso uma minuta de um projeto - que vem chamado de Estatuto do Pantanal - e que se torna ainda mais robusta na medida em que, na linha do aperfeiçoamento, acata integralmente as sugestões trazidas durante o funcionamento da CTE Pantanal.

Está claro que a maior tragédia socioeconômica e ambiental das últimas décadas exterioriza a fragilidade institucional na região, em especial aquela voltada ao combate e prevenção de incêndios e à proteção da fauna. Além disso, a tragédia registrada expõe a lacuna de um marco normativo protetivo ao bioma.

Além do mais, é preciso lembrar que os dolorosos e tristes acontecimentos deste ano no Pantanal Mato-grossense, grosso modo, à luz apenas das condições climáticas cíclicas previstas, tendem a continuar. E vem o alerta:

sem esse acompanhamento mais próximo, mais detido, mais afinado, o cenário pode ser ainda pior em 2021 e nos anos adiante.

Portanto, nada mais justo com o Pantanal, com os pantaneiros e com as futuras gerações, a proposta também em curso para que a Comissão Temporária se transforme em uma Subcomissão dentro da Comissão do Meio Ambiente.

Criada, a Subcomissão do Pantanal será um fórum permanente para o Pantanal, pois permitirá que sejam concentrados os esforços na avaliação da legislação e das políticas públicas, mediante realização de audiências das quais poderão participar especialistas e representantes do governo e da sociedade. Será o grande fórum de debates e de aperfeiçoamento das medidas preventivas e reparatórias ao bioma, à sua população e ao desenvolvimento, em prol de toda a sociedade e das gerações presentes e futuras.

Afinal, a vida pantaneira importa! É importa muito.

WELLINGTON FAGUNDES é senador de Mato Grosso e presidiu a Comissão Especial Temporária do Pantanal



Dias melhores!

Sani Neves (*)

Você diria que é 'estória' se não tivesse vivido tudo o que viveu em 2020. Digo isso porque eu também duvidaria se, há um ano, alguém me dissesse: "em breve você embarcará no ano mais intenso da sua vida, o ano que testará a sua fé, a sua coragem, resiliência, paciência, sabedoria e também a sua habilidade para respirar com menos ar, embora ele esteja totalmente disponível! Sim, você estará vivo (a), não estará se afogando em um rio profundo de águas turbulentas e escuras, mas muitas vezes a sensação será exatamente essa".

Ainda que você esteja abrigado em seu lar, seja ele térreo ou décimo quinto andar, impedido de caminhar pelas ruas, proibido

de entrar em shoppings, pois eles estarão lacrados, o silêncio reinará por dias, semanas e até meses. Com menos barulho de carros e ônibus nas ruas, as sirenes das ambulâncias ganharão destaque, não apenas pelo barulho estridente, mas pela tristeza da imaginação melancólica, mórbida e triste que inevitavelmente leva os corações mais sensíveis à pergunta:

- "Quem será desta vez? Será que terá vaga na UTI? E ainda assim se tiver, sobreviverá?"

Sim, esta é a pergunta de muitos diante de um vírus que parece ser uma roleta russa, na qual alguns sentam e deitam ao lado de outros que, em seguida, se descobrem infectados. E logo vem o receio e a pergunta: "Será que também me infectei?". E estranhamente, uns se infec-

tam e outros não, alguns sobrevivem e outros se vão, sem adeus, sem despedida e com velórios restritos. Almas solitárias enterradas!

Mas voltando ao ano que já está terminando, penso - e acredito que não estou sozinho - que agora a tarefa é acreditar sim em dias melhores. Apesar dos pesares e de um presidente às avessas, precisamos mais que nunca confiar que tudo passa e que o fim deste mandato chegará ao fim, pois é absurdo em cima de absurdo que precisa ter um basta! Logo, precisamos mais do que nunca de sanidade mental e equilíbrio emocional para exigirmos respeito enquanto cidadãos, pois a pandemia não está chegando ao fim, Senhor Presidente. Ela continua e a nossa esperança é que a população tenha mais consciência que o

senhor, para que o dever de casa não cesse.

E além máscaras e mãos lavadas, até que as vacinas cheguem à cada um de nós, seja pelas mãos do Excelentíssimo ou do Papai Noel, precisamos ter equilíbrio! Eu disse Papai Noel? Sim, estamos tão perdidos que já voltei a acreditar em Papai Noel. Mesmo que por um instante, é necessário um pouco de fantasia para não perder a fé e continuar acreditando em dias melhores!

*SANI NEVES é psicóloga. CRP 18/01332. Terapia EMDR. Constelação Sistêmica Familiar. Email: psicologasani@gmail.com WhatsApp: 65 99982 1308.



A Encenação em Fragmentos

Lourenbergue Alves (*)

Toda sociedade é plural. A brasileira não é exceção. Pluralidade que deveria estar representada nos Parlamentos. Deveria, mas, infelizmente, não está. E isto é péssimo. Pois, não sendo, um ou outro segmento dessa mesma sociedade deixa de se ver nos Legislativos. O que provoca o travamento da democracia, até porque o viver democrático requer a participação de todos, não a de alguns poucos. Qualquer exclusão, mesmo como resultado do voto nas urnas, está longe, bastante distante

do processo democrático, o qual não anda, nem avança, continua travado, tal como o cavalo velho empacado. Empacado, o Estado e seus habitantes perdem muitíssimo. E para se evitar isso, a representatividade do plural deve acontecer. Talvez, por isso, o pluripartidarismo.

Afinal, o país do discurso único é próprio das ditaduras. Ditaduras que, ao serem instaladas, procuram extinguir as agremiações existentes, até para melhor controlarem a população. Foi o que fizera, a propósito, a ditadura burocrático-militar no país (1964-85). Uma vez vencida, ocorrem as aberturas

de espaços. Espaços para as vozes variadas e diversas. Vozes que precisam e devem se fazer ouvidas, e, aos serem ouvidas, o país começa a caminhar nos trilhos da liberdade. E são estes, claro, que alicerçam toda a vida em democracia. Vida democrática que não se dá sem os partidos políticos. Estes, quando enfraquecidos, empobrecem a política, e, por tabela, dificultam o expressar dos desejos das minorias. Isto porque a política é a gestão de desejos, bem como a gestão de conflitos entre desejantes.

Justifica-se o porquê da existência de várias siglas partidárias. Embora haja, e sempre há, quem se posiciona contrário a mais de dois partidos. Estranhamente igual defesa do regime militar, e não precisa ser um Mandrake para saber de suas razões. Ainda que venham a alegar que uma maior quantidade de siglas é sempre "prejudicial". Não é bem assim, cabe dizer, e enfaticamente, até para não deixar qualquer dúvida a respeito. A discussão deveria ser muito outra, a saber: grande quantidade de partidos significa, realmente, que o apoio eleitoral é plural? É esta a questão importante. O que leva a cada pessoa a seguinte constatação: no Brasil, a grande quantidade de partidos, a exemplo dos de hoje (trinta e três), dificulta o conhecimento dos eleitores sobre elas, e, não os conhecendo, têm dificuldade de se identificarem com qual das siglas. As coligações, amarradas com siglas sem nenhum traço ideológico, também são um complicador. Situação que se agiganta a cada eleição, com a fragmentação das legendas partidárias.

Há uma coisa, contudo, que precisa ser dita, antes que se tenha toda uma avaliação distorcida: o grande número de partidos não é

o problema. O problema está na personalização das agremiações. E isto não é de hoje. Sempre foi assim, e assim será. Tanto que a imensa maioria do eleitorado desconhece cada uma delas, mas sabe quem são seus coronéis, chefes e seus chefes políticos, e como cada um deles age, sempre em favor de seus interesses particulares e individuais. O que fazem destes as próprias agremiações, tornando-os bem maiores que elas, as quais, cada vez mais, se fortalecem apenas como locais onde se carimba o passaporte para alguém ser candidato a um dado cargo eletivo. Eis, aqui, o cerne da questão. Questão tão clara quanto a água do rio no seu nascedouro, sem ainda os dejetos que lhe são jogados ao longo de seu caminho, e que carece ser investigada, analisada, até para se evitar que tenha mais e maior enfraquecimento dos partidos. Enfraquecimento que permite as mais variadas aberrações, inclusive a de agressão ao estatuto partidário, com o desrespeito às decisões e às deliberações das siglas.

Situação que abre brechas para políticos, em época de campanha, se apresentarem contra os partidos, além de se definirem como "não político", contrários ao "establishment", ou até mesmo representantes da anticorrupção e da honestidade como se fossem moralizadores da "velha política". Jogo de cena. Manipulam as imagens. Fazem malabarismo com as palavras. Nada mais. É isto.

*LOUREMBERGUE ALVES, é professor universitário e analista político.



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

LUZ NO FIM DO TÚNEL

Recurso já está à disposição do Ministério da Saúde para compra de insumos, vacinas e custeio da logística necessária para imunização

MP libera R\$ 20 bi para vacinação

Isac Nóbrega/PR/Agência Brasil

**Gabriel Soares**

O presidente Jair Bolsonaro assinou na última quinta-feira (17) uma medida provisória que destina R\$ 20 bilhões para o programa nacional de vacinação contra a covid-19. A MP foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União e o dinheiro já está disponível para ser usado pelo Ministério da Saúde na preparação da logística de imunização.

Em discurso após a assinatura da MP, Bolsonaro afirmou que vai comprar todas as vacinas que forem aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e que

irá disponibilizá-las a todos os brasileiros "de forma gratuita e voluntária". Até o momento, nenhuma das empresas que desenvolvem vacinas contra a covid-19 pediu registro na Anvisa. "Tão logo tenhamos uma vacina certificada pela Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária], ela estará à disposição de todos no Brasil, de forma gratuita e voluntária", disse o presidente.

Por meio de nota, a Secretária-Geral da Presidência explicou que o valor cobrirá as despesas com a compra das vacinas, seringas, agulhas, logística e todas as despesas que sejam necessárias para a realização do programa de imunização em todo o território nacional.

"A medida permitirá que as autoridades de saúde brasileiras fiquem em condições de adquirir as primeiras vacinas que tenham o seu uso autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e que apresentem possibilida-

de de rápida disponibilização à população brasileira", diz a nota.

Como se trata de um crédito extraordinário, a MP não depende da aprovação da Lei Orçamentária de 2021. Contudo, a medida provisória ainda precisa ser submetida à apreciação do Congresso Nacional para ser aprovada no prazo de 120 dias, sob o risco de caducar e perder sua eficácia.

PLANO NACIONAL – O governo federal lançou o plano nacional de vacinação contra a Covid-19 na última quarta-feira (16). O documento ainda não apresenta uma data efetiva para o início da vacinação. O governo afirma que só irá divulgar uma data quando houver aprovação de uma vacina pela Anvisa.

O plano estipula as etapas de imunização da população. Conforme o texto, a primeira fase será dedicada aos grupos prioritários, por estarem mais expostos ao coronavírus ou serem mais vulneráveis à doença. A



Ao assinar a MP, Bolsonaro destaca que a vacinação acontecerá de forma gratuita e voluntária

previsão é de vacinação de cerca de 50 milhões de brasileiros nos primeiros quatro meses. Depois, seriam necessários mais 12 meses para vacinar o restante da população.

OUTRAS INICIATIVAS – Antes de publicar a MP, o governo federal já havia liberado R\$ 1,9 bilhão para aquisição de 100,4 milhões de doses de vacina pela AstraZeneca/Fiocruz e R\$ 2,5 bilhões

para adesão ao Consórcio Covax Facility, programa coordenado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que deverá fornecer 4,2 milhões de doses. (Com informações da Agência Brasil)

MESA DIRETORA

Base de Emanuel Pinheiro articulam 'chapa de consenso'

Da redação

Os vereadores reeleitos da base de Emanuel Pinheiro (MDB) articulam uma chapa para concorrer à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cuiabá. Com o recuo de Renivaldo Nascimento (PSDB), seguem na disputa para ser candidato do cargo mais cobiçado da Mesa, a presidência, Juca do Guaraná (MDB) e Marcrean Santos (Progressista).

Ao jornal Estadão Mato Grosso, Juca disse que busca consenso para evitar uma possível pulverização dos votos. Ele comentou que pretende montar uma chapa mista, com parlamentares novatos e reeleitos, e caso seja voto vencido apoiará seu "concorrente".

"Acredito que estou pronto para presidir a Câmara de Cuiabá, mas o Marcrean é uma pessoa com experiência e também pode representar o Legislativo

cuiabano. Se eu for voto vencido, ele terá o meu voto", disse, alegando que a decisão deve acontecer até a próxima semana.

Renivaldo explicou para a reportagem que decidiu retirar seu nome da disputa para evitar um possível racha na base do prefeito. Ele comentou que ainda tem interesse em participar da Mesa, mas em outro cargo. Por isso, decidiu esperar a definição sobre a presidência para estudar as vagas disponíveis.

O vereador Marcrean Santos não atendeu às nossas chamadas, mas já havia confirmado, em entrevista realizada no início do mês, a pretensão em disputar a presidência da Casa. Como Juca, ele também comentou que o nome que mais que se destacar terá o apoio dos demais membros da base aliada.

"Estamos buscando entendimento com todos. Nós iremos tirar a

presidência do arco de aliança entre os quatro vereadores. Nossa intenção é compor com todos os vereadores eleitos, independentemente de partido. Dos quatro, um vai se despontar. Isso é natural, cada um tem seu poder de articulação, seu poder de agregamento e o que despontar terá nosso apoio", comentou o progressista na época.

Outro reeleito que também anunciou que vai buscar a presidência da Câmara é Diego Guimarães (Cidadania). Ele disse que sua intenção é garantir a independência do Legislativo do Executivo. Candidato a vereador mais bem votado neste ano, ele comentou que mantém seu nome e que busca fortalecer seu projeto.

ELEIÇÃO – A eleição da Mesa Diretora da Câmara de Cuiabá acontece no dia 1º de janeiro, após a posse dos vereadores eleitos e reeleitos.

ISENÇÃO DOS INATIVOS

Botelho Botelho: "Não foi presepada da Assembleia"

Da redação

Os deputados estaduais reagiram ao comentário feito pelo governador Mauro Mendes (DEM) que disse que os parlamentares fizeram uma presepada ao aprovar o projeto de lei complementar (PLC nº 36), que isenta os servidores públicos aposentados e pensionistas que ganham até o teto do INSS da alíquota previdenciária de 14%.

O presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (DEM), comentou que durante a tramitação da matéria os deputados tentaram procurar um meio termo.

"Esse projeto está tramitando há muito tempo e nós estamos tentando procurar [negociar]. Eu mesmo fui atrás, tentamos procurar um meio termo, não conseguimos, então o projeto foi pra frente. Agora vamos aguardar se vai ser vetado, se vai derrubar o veto, e daí pra frente se for pra Justiça, se for o caso. Não foi uma presepada da Assembleia", defendeu.

O autor da proposta, Lúdio Cabral (PT), dis-

se que quem fez presepada foi o governador ao realizar o "confisco" nos salários dos inativos do Estado. Ele ainda comentou que houve desvio de finalidade dos recursos da Previdência e que não acha justo cobrar dos servidores para cobrir o déficit.

"Os aposentados e pensionistas do Estado todos trabalharam 30, 35 anos, pagaram a previdência todos os meses direitinho certinho o estado deveria ter hoje uma poupança previdenciária para assegurar a sustentabilidade da previdência. Houve desvio de finalidade desses recursos, e, portanto, não cabe agora [...] responsabilizar quem cumpriu sua obrigação pagando suas contribuições", disse o petista.

A fala do governador ocorreu durante um evento no Palácio Paiguás, no começo desta semana. "A Assembleia que ajuda de vez enquanto, mas faz umas, né Sílvio! [Fávero, deputado estadual]. Hoje foram lá... fizeram uma presepada, alguém vai pagar essa conta. Primeiro que

não podia fazer, a Assembleia não pode criar lei que cria despesa para o Executivo, não pode, mas foram lá e fizeram", disse.

A vice-presidente da Assembleia, Janaina Riva (MDB), que é da base governista, também reprovou o termo usado e defendeu que o governo construa uma nova proposta para ser debatida pelos deputados caso seja vetado o PLC 36.

"Se isso foi uma presepada, então é a presepada mais justa que já fiz na minha vida. Eu acho que tem que tomar cuidado, ter mais cautela com as palavras que usa, porque pode ofender. A mim não ofendeu, mas alguns colegas se sentiram ofendidos", disse.

ISENÇÃO – O PLC 36 foi aprovado em segunda votação nesta semana com 23 votos favoráveis. A medida pede isenção dos aposentados e pensionistas que ganham até R\$ 6,1 mil, teto do INSS, da alíquota previdenciária de 14%. Atualmente, são isentos deste desconto os inativos que recebem abaixo de R\$ 3 mil.

500 MIL DOSES

Mendes confirma intenção de comprar CoronaVac

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) confirmou na última terça-feira (15) que formalizou a intenção de adquirir cerca de 500 mil doses da CoronaVac, vacina produzida pelo Instituto Butantan em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac. A aquisição das doses servirá para que Mato Grosso tenha acesso mais rápido

do à imunização contra a covid-19.

Segundo ele, as doses da vacina só serão adquiridas após aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e caso o Governo Federal não disponibilize a imunização ou atrase na entrega da vacina.

"Quando conversamos com o ministro Pazuello [ministro da Saúde], ele disse que receberia 15 milhões de

doses em janeiro, mas que a Anvisa demoraria 60 dias [para liberação]. [...] O Instituto Butantan está com o processo bem adiantado de produção e, consequentemente, de apresentação da documentação para validação da Anvisa. Nós queremos o quanto antes. Se a do Governo Federal for chegar em fevereiro ou março e nós tivermos a oportunidade de termos a vacina aqui em janeiro,

nós queremos antecipar o tempo e colocar a disponibilização da população", disse.

Mendes esteve na sede do Instituto Butantan, em São Paulo, na última sexta-feira (11). O objetivo da visita foi conhecer o processo de produção, o planejamento e o custo da vacina contra a covid-19. Apesar de formalizar a intenção de adquirir doses da vacina, ele ressal-

tou que o Governo Federal deve cumprir o Plano Nacional de Imunização.

"Como existe essa celeuma, se vai ou não ter, eu tomei diligentemente a iniciativa de ir lá entender como é que será feita. Se tivermos dificuldade do Governo Federal, Mato Grosso está disponível, está com disposição de comprar essa vacina e disponibilizar para nossa população", disse.

"Instituto Butantan tem mais de um século e não é do governador a, b ou c. O instituto que produz hoje 70% das vacinas que todos nós brasileiros consumimos merece muito respeito", completou.

Caso ocorra a compra das vacinas, é provável que o Estado priorize pessoas do grupo de risco da doença, como idosos e profissionais da Saúde.

QUARTO MANDATO

O ex-prefeito de Nortelândia recebeu 76 votos dos 121 prefeitos que participaram da votação. Seu adversário, Mauro Rosa, obteve 45 votos

Neurilan é reeleito presidente

Gilberto Leite



Da redação

O ex-prefeito de Nortelândia, Neurilan Fraga (PL) vai assumir o quarto mandato consecutivo como presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM). Ele foi reeleito pela terceira vez na última terça-feira (15).

Fraga recebeu 76 votos dos prefeitos associados que participaram da votação. Seu adversário, o prefeito de Água Boa, Mauro Rosa, obteve 45 votos.

A eleição da nova diretoria executiva e do Conselho Fiscal da AMM foi parar na Justiça e só ocorreu após a desembargadora Helena Maria Bezerra Ramos, da Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), ter derrubado uma decisão liminar que havia suspenso a realização do pleito.

Ao ser questionado sobre a possibilidade de uma nova suspensão durante o julgamento do

mérito, Fraga comentou que não existe razão para isso.

“Dos 120 prefeitos que iriam votar, 119 votaram, um resultado muito tranquilo, uma eleição tranquila, não vejo razão para isso. Aqui se exerceu o processo democrático”, defendeu Neurilan.

“A AMM é uma entidade privada, regida pelo estatuto, o presidente nessa diretoria não pode mudar o estatuto, que só pode ser modificado através de Assembleia Geral com aprovação da maioria dos prefeitos presentes”, destacou.

Neurilan ingressou um recurso contra a decisão proferida pelo juiz da 1ª Vara Especializada da Fazenda Pública de Cuiabá Onivaldo Budny, que deferiu parcialmente o pedido liminar ingressado pelo prefeito eleito de Campo Verde, Alexandre Lopes (PDT), em uma ação anulatória para suspender as deliberações que ocorreram na Assembleia Extraordinária, realizada no ano passado, que alterou o estatuto e contra a eleição.

Ele alega que as mudanças no estatuto da entidade foram aprovadas na assembleia que contou com presença de 67 prefeitos, do total de 121 municípios associados na época. Além disso, destaca que Alexandre Lopes não está no exer-

cício do mandato para discutir os atos realizados na Assembleia Geral.

“No mérito, defende a ocorrência de invasão do Poder Judiciário em norma interna, pois como pode ser verificado na lista de presença da assembleia realizada no dia 19 de novembro de 2019, foram 67 (sessenta e sete) associados que discutiram, e aprovaram as alterações, e principalmente, entenderam ser plausível a alteração da data da eleição e após 1 (um) ano, o Juiz a quo, sem apontar qualquer ilegalidade no procedimento, argumenta que ‘a decisão não se reveste de plausibilidade’, adentrando no mérito da deliberação feita, o que é vedado”, diz trecho da decisão.

A desembargadora destacou que no estatuto da AMM consta que a associação é constituída pelos municípios representados pelos prefeitos em exercício, “o que não é o caso do Agravado, uma vez que ainda não tomou posse no aludido cargo”.

Além disso, o Termo de Filiação nº 114/2019 [...] é firmado entre o Município de Campo Verde e a Associação Recorrente, sendo ele a parte legítima para questionar eventual nulidade de atos ou do referido estatuto”, diz trecho da decisão.



Neurilan Fraga vai assumir o quarto mandato consecutivo como presidente da AMM

LEI KANDIR

Câmara aprova R\$ 65,6 bi para compensar os estados

Da assessoria

O último passo legislativo para garantir o pagamento de R\$ 65,6 bilhões aos Estados e municípios exportadores, para compensar perdas de receitas causadas pela Lei Kandir, foi dado nesta segunda-feira (14). Depois do Senado, a Câmara dos Deputados aprovou com 408 votos favoráveis o Projeto de Lei Complementar de autoria do senador Wellington Fagundes (PL-MT), que formaliza o acordo entre a União e os estados para encerrar disputas judiciais pela isenção do ICMS nas exportações. O projeto agora vai à sanção presidencial.

“É um dia histórico para quem trabalha, produz e ajuda o Brasil. Mas ainda não acabou a luta. Irei ao Palácio do Planalto para pedir agilidade na sanção projeto, porque é fundamental que estados e municípios recebam o que ficou acordado

ainda neste ano. Esses valores fortalecerão as prefeituras e os governos estaduais para o atendimento à população, além, é claro, de garantir o pagamento em dia dos salários” – disse o autor do projeto. Ele informou que já estão assegurados o repasse de R\$ 4 bilhões, dos quais, R\$ 1 bilhão ficará com os municípios.

O PLP aprovado no Senado e na Câmara garante transferência de R\$ 58 bilhões pelo governo federal entre 2020 e 2037. Mas o valor final deverá chegar a R\$ 65,6 bilhões. A esse valor serão acrescidos mais R\$ 3,6 bilhões, previstos para serem repassados com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 188/2019, que trata do novo Pacto Federativo. Acrescentam-se mais R\$ 4 bilhões a serem rateados da arrecadado no leilão de petróleo do pré-sal, nos campos de Atapu e Sépia, que está previsto

para o terceiro trimestre de 2021.

Maior exportador de produtos primários e semielaborados, Mato Grosso deverá receber, nos próximos dois anos, R\$ 1,6 bilhão. Desse valor, 25% será entregue diretamente aos municípios. Até o cumprimento do acordo, será transferido a Mato Grosso um total de R\$ 6,5 bilhões. Neste primeiro ano, Mato Grosso ficará com R\$ 562 milhões, sendo R\$ 140,5 milhões destinados aos municípios.

A polêmica sobre a compensação dos estados e municípios exportadores de produtos primários e semielaborados, como é o caso de Mato Grosso, existe desde 1996, quando a Lei Kandir (Lei Complementar 87/96) exonerou as exportações de todos os tributos, inclusive estaduais, e remeteu a uma outra lei complementar como seriam feitas as compensações aos estados e ao Distrito Federal.



Gilberto Leite

Governador Mauro Mendes (DEM) vetar o projeto de lei complementar (PLC) nº 36

ISENÇÃO A INATIVOS

Governador irá aguardar análise da PGE sobre veto

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) irá aguardar o parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) para decidir se vota ou não o projeto de lei complementar (PLC nº 36), aprovado na última segunda-feira (14) pela Assembleia Legislativa, que suspende o desconto previdenciário dos salários dos servidores aposentados e pensionistas que ganham menos que o teto do INSS, que é um pouco mais de R\$ 6,1 mil.

Ele destacou que todas as decisões, sejam do Legislativo ou Executivo, precisam ter legalidade e cumprir as determinações que constam na Constituição Federal.

“Veto ou não depende da análise da Procuradoria Geral do Estado. Nós temos que observar a legalidade de tudo aquilo que nós fazemos. Tem que ter legalidade, tem que cumprir a Constituição, se não ficam decisões mancas que podem ser derrubadas com o tempo”, disse o governador durante entrevista à imprensa no Palácio Paiaçu, na segunda.

“A Procuradoria vai analisar se podia ou não a Assembleia fazer aquilo e na sequência vem a recomendação de veto ou sanção”, complementou.

Apesar de ressaltar que sua decisão será baseada no parecer da PGE, Mendes destacou que o Poder Legislativo não pode elaborar projetos que criam despesas para o Executivo.

“A Assembleia está careca de saber que não pode criar despesa para o Executivo. Nenhum legislativo, seja Assembleia Legislativa de Mato Grosso, seja qualquer Câmara de Vereadores, seja o Congresso Nacional, está escrito na Constituição. Temos que respeitar a Constituição do nosso país. Nenhum projeto de lei que gera despesa, ele não pode nascer no Legislativo, mas sim no Executivo”, disse.

Com 23 votos, a Assembleia aprovou, em segunda votação, o projeto de autoria do deputado Lúdio Cabral (PT). Após várias tratativas com o governo para apresentação de uma contraproposta, os parlamentares decidiram manter a redação original do texto.

PROJEÇÃO POLÍTICA

"Somente em 2022", disse o vice Pivetta sobre reeleição

Da redação

O vice-governador de Mato Grosso, Otaviano Pivetta (PDT), disse que ainda não começou a articular uma campanha política para sua reeleição ao lado do governador Mauro Mendes (DEM).

Pivetta foi questionado sobre as articulações que começaram a ser projetadas para o pleito estadual que acontece daqui a dois anos. O vice-governador explicou que atualmente a política vive um período diferente e que essa previsão “não pode ser feita como antes”.

“Muitos candidatos têm saído de última hora e a sociedade tem reconhecido neles a possibilidade de melhorar. Esse negócio de ficar planejando nunca foi meu forte. Eu costume falar de eleição somente no ano de eleição e ainda se for provocado”, disse Otaviano.

Pivetta citou o exemplo do que aconteceu este ano na eleição de Lucas do Rio Verde, em que Miguel Vaz (Cidadania) anunciou a sua candidatura na véspera da convenção e enfrentou o atual prefeito Luiz Binotti (PSD) e venceu o pleito.

“O Miguel saiu no dia da convenção, na véspera e deu um cansaço nele (Binotti) que ele está tentando entender até agora o que aconteceu”, falou o vice-governador.

Já em relação a abster da disputa ao Senado Federal para vir como governador em 2022, Pivetta também disse que nada foi combinado ou conversado sobre essa possibilidade.

“Eu sou leal a este mandato. Ainda estamos no meio dele e sou fiel aos objetivos que nós assumimos. Mauro e eu estamos cumprindo com a nossa parte e pensar nas próximas eleições estaduais é somente em 2022”, sintetizou.

R\$ 22,1 BILHÕES

Sem concluir todos os trâmites para aprovação do Orçamento, deputados terão que voltar em janeiro; emenda prevê polo da Unemat em Cuiabá

Votação da LOA fica para 2021

Maurício Barbant/ALMT



Da redação

A Assembleia Legislativa aprovou, em primeiro turno, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2021. A votação ocorreu na última sessão deste ano, na última quarta-feira (16). A matéria recebeu 22 votos favoráveis, com voto contrário do deputado Faissal Calil (PV) e abstenção de Ulysses Moraes (PSL). Das 306 emendas apresentadas, 260 foram acatadas e 46 rejeitadas.

Como não conseguiram aprovar o orçamento em todos os trâmites, os deputados terão que retornar às sessões na

primeira semana de janeiro. A peça orçamentária foi entregue ao Legislativo em setembro. Na proposta de 2021, a projeção orçamentária é da ordem de R\$ 22,144 bilhões entre receitas e despesas.

Os deputados votaram em destaque duas emendas que foram rejeitadas pelas comissões de mérito. Uma foi solicitada pelo deputado João Batista (PROS), que tratava sobre o pagamento da Revisão Geral Anual (RGA) aos servidores públicos. A emenda também foi rejeitada no plenário, já que apenas sete deputados se manifestaram contra o parecer da comissão.

Outra emenda votada em destaque pelos parlamentares foi a 278, que garante mais R\$ 2 milhões no orçamento da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) para o próximo ano. Segundo o deputado Wilson Santos

(PSDB), autor da emenda, a proposta busca garantir a implantação de um polo da universidade na Capital. Com apoio da maioria, o incremento orçamentário foi aprovado, com manifestação contrária do presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (DEM), que defendia o uso de recursos próprios da universidade.

“Eu particularmente sou contra. Tem um orçamento que, eu acho, tem até um valor bem significativo para que a Unemat faça todas as suas expansões. Tendo crescimento na receita, então cresce orçamento dela e o orçamento da Unemat dobrou em cinco anos. Não vejo necessidade de mais recursos”, disse.

RETORNO - Para concluir a votação da PLOA, os deputados terão que retornar às atividades na primeira semana de janeiro. Botelho ainda apontou que novas emendas deverão ser



Botelho prevê que haverá mais alterações no orçamento, o que pode fazer a votação se alongar em janeiro

apresentadas na peça orçamentária, o que pode prolongar a discussão da peça. O trâmite deve ser retomado no dia 5 de janeiro e não há previsão para sua conclusão.

“Foram mais de 300 emendas na LOA, foi

uma discussão longa, vai ter mais emendas de lideranças que nós permitimos fazer na segunda votação. É um projeto de lei orçamentário que foi amplamente discutido e debatido. Ainda tem a questão dos Poderes que estamos

discutindo isso, se vai entrar algumas modificações na segunda votação. Eu acredito que foi o melhor a ser feito, é uma lei orçamentária que vem totalmente sem déficit, não vem com dívida nenhuma”, disse.

TEMPO É DINHEIRO

Tribunal de Contas dá 30 dias para anular contrato

Gabriel Soares

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) deu prazo de 30 dias para que a Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc-MT) anule o contrato com o Consórcio Rio Verde, vencedor da concorrência para administrar sete unidades do Ganha Tempo em Mato Grosso. A decisão é do dia 14, mas foi tornada pública na última sexta-feira (18).

A decisão determina ainda que a Setasc entregue a concessão ao segundo colocado na licitação, ou, caso não haja interesse dela, aos demais concorrentes.

O Consórcio Rio Verde é investigado pela Polícia Civil na operação “Tempo é Dinheiro”, por suspeita de ter lançado atendimentos falsos para receber valores a mais do Estado. A suspeita é que o esquema tenha causado prejuízo de R\$

6,36 milhões aos cofres públicos no período entre março de 2018 e janeiro de 2020.

Contudo, o caso julgado no TCE é outro. A Corte de Contas analisou um recurso protocolado pelo Ministério Público de Contas (MPC), para rever a decisão favorável ao consórcio em um processo que questionava a legitimidade da empresa para assinar o contrato.

Conforme representação feita pela empresa Shopping do Cidadão, a empresa vencedora não apresentou certificado de capacidade técnica nos termos exigidos pelo edital, e fez uma proposta impossível de ser executada. Ao reanalisar o processo, os conselheiros concordaram com o argumento e consideraram que essa proposta inexequível teria sido compensada através dos artifícios investigados pela Polícia Civil.

Auditoria da Controladoria Geral do Estado (CGE), que

serviu de base às investigações, aponta que houve utilização de eventos de senha incoerentes de modo a diminuir o tempo médio de atendimento e, com isso, aumentar a nota

e a remuneração obtidas pela parceira privada; a constatação de emissões e finalizações de senhas indevidamente, sendo 30 mil delas com tempo de atendimento irrisório; e

deficiência na implementação de mecanismos de controle da emissão de senhas.

Pelo MPC, foram apontadas ainda irregularidades na celebração do termo aditivo que deu ao Consórcio Rio Verde o direito de administrar a Unidade Ganha Tempo Ipiranga, em Cuiabá, que já havia sido construído pelo Estado e estava em operação.

Diante disso, o Pleno do TCE deu parcial provimento ao recurso e declarou a ilegalidade do ato que habilitou o Consórcio Rio Verde na licitação, resultando na ilegalidade de todos os atos seguintes.

Foi determinado que a Setasc calcule se o Consórcio Rio Verde tem direito a indenização pelos investimentos realizados e os serviços já prestados, bem como a possibilidade de aplicação de multas em virtude de quaisquer irregularidades cometidas durante o contrato.



Gilberto Leite

Empresa é suspeita de fraudar atendimentos para receber R\$ 6,3 milhões a mais do Estado

ELEIÇÃO SUPLEMENTAR

Carlos Fávaro toma posse como senador da República

Leopoldo Silva/Agência Senado



Fávaro irá trabalhar pelas reformas administrativas e tributárias e pela regularização fundiária

Da redação

Eleito na eleição suplementar, Carlos Fávaro (PSD) tomou posse na última terça-feira (15) como senador da República. Desde abril deste ano, ele ocupa interinamente a cadeira no Senado após autorização do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou que o terceiro colocado das eleições de 2018 assumisse interinamente a vaga, depois da cassação de Selma Arruda.

Em seu discurso, Fávaro disse que estava feliz pela segunda posse, no mesmo ano, no mandato de senador. Ele ainda comentou que sofreu a mesma penalidade de quem cometeu um crime eleitoral depois de ter os seus votos da eleição de 2018 anulados.

“Dispatee duas eleições. Sofri a mesma penalidade de quem cometeu um crime eleitoral, a de ter os seus votos anulados. Só que, diferentemente, eu tinha os meus votos válidos e minhas contas apro-

vadas, mas, no dia 15 de novembro deste ano, esses votos foram anulados. Todavia, o povo de Mato Grosso me deu uma expressiva votação e me reconduziu a esta Casa”, disse.

Ele comentou que sua vitória foi baseada na “boa política” e não da eleição por WhatsApp, do desconhecido. “Foi a eleição de quem tem time, de quem tem companheiros”, ressaltou.

Fávaro foi eleito senador na eleição suplementar. Ele recebeu 371.857 votos, o que representou 25,97% do total dos votos válidos.

“Talvez os números da eleição não reflitam a eleição difícil que tivemos no Estado de Mato Grosso, mas tenham a certeza de que trabalhei muito, sem descanso. Levei ao povo uma mensagem dos sete meses que vivi aqui, uma mensagem de comprometimento desta Casa com o povo brasileiro neste momento de pandemia”, destacou.

Ele ainda comentou que durante a campanha eleitoral sentiu muita aflição no rosto da população mato-grossense, mas que também percebeu nos olhos das pessoas esperanças de dias melhores.

O senador comentou que agora vai trabalhar pelas reformas administrativas e tributárias e pela regularização fundiária.

“Estamos de volta para trabalhar muito, trabalhar pelas reformas que o Brasil precisa, a reforma tributária, a reforma administrativa e continuar lutando pela regularização fundiária. Eu, que venho de uma pequena propriedade, de um assentamento de reforma agrária, sei o quanto falta uma nova regularização fundiária mais leve e tenho falado muito sobre isso com o meu amigo Irajá, senador por Tocantins, para que nós possamos levar a carta de alforria aos pequenos produtores deste país”, disse.

INTERVENÇÃO NO ENSINO

Professores, pais e estudantes protestam contra implantação do modelo cívico-militar na Escola Estadual Presidente Médici, em Cuiabá

Mudança de gestão gera protesto

Divulgação/Sintep Cuiabá



Gabriel Soares

Professores, pais e estudantes fizeram um protesto em frente à Escola Estadual Presidente Médici na manhã da última quinta-feira (17). O movimento é contra a implantação do sistema de gestão compartilhada militar, que deverá transferir parte da gestão da escola para a Polícia Rodoviária Federal (PRF) a partir do próximo ano.

A Escola Presidente Médici tem mais de 1,3 mil alunos, do sétimo ano do ensino fundamental até o terceiro do ensino médio. Atualmente, a escola conta com mais de 170 profissionais, entre concursados e temporários.

João Custódio, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público (Sintep) Cuiabá, afirma que a transferência de gestão da escola para militares

é um desvio de competência. Ele ressaltou que o sindicato não se opõe ao trabalho das forças de segurança, mas que a escola deveria ser gerida por profissionais da educação.

“O nosso questionamento à essa decisão do governo, é quanto ao desvio de competência. Seria a mesma coisa que determinar que profissionais da educação assumissem o papel de garantir segurança e atuar com poder de polícia. Colocar militares para atuar no processo de ensino-aprendizagem é um projeto totalmente descabido e que mostra que o governo, ao invés de se preocupar em investir na valorização dos profissionais que foram devidamente qualificados para ensinar, prefere transferir a competência para uma outra carreira que, embora eu respeite muito, nada tem a ver com o espaço escolar”, disse Custódio.

Procurada pela reportagem, a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) confirmou a migração da escola para o sistema de gestão compartilhada. Conforme a assessora de escolas militares da Seduc, Célia Leite, destacou que a PRF deverá indi-



Transferência de gestão da Escola Presidente Médici para Polícia Rodoviária Federal é criticada por pais e professores

car membros para os cargos de direção da escola, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino.

“Nós teremos a parceria da Polícia Rodoviária Federal, onde nós teremos uma equipe com assessoria militar, no caso os policiais da PRF, que farão parte do quadro da escola no quesito de gestão. Ou seja, a direção, a parte da assessoria referente às atividades que são do cotidiano da escola. Eles vão ser acrescidos

para que a gestão dessa escola possa ter um novo perfil”, disse Célia, destacando a experiência positiva da PRF na condução do Festival Estudantil Temático Teatro para o Trânsito (Fetran), que acontece anualmente.

Segundo a Seduc, os alunos poderão fazer opção por permanecer no modelo de gestão compartilhada. Caso queiram continuar, terão prioridade nas vagas. Caso se recusem, os estudantes serão trans-

feridos para escolas situadas em um raio de até dois quilômetros.

Célia explica que a mesma opção será dada aos profissionais que atuam na escola. Aqueles que optarem por permanecer na escola eles também terão suas vagas garantidas. Os professores que não quiserem, terão a possibilidade de ir para as escolas que escolherem durante o processo de atribuição.

O programa de gestão compartilhada cívico-

militar é um dos ‘cartões chefe’ do governo do presidente Jair Bolsonaro e foi abraçado pelo governo estadual, que criou a Lei nº 10.922. Sancionada em julho deste ano, a lei prevê que a adesão das escolas ao programa de gestão compartilhada se dará de forma voluntária. As escolas que aderem ao modelo de gestão compartilhadas passam a ser administradas por um militar, indicado pela instituição que firmou a parceria.

PLANTÃO DA MULHER

Registrou em três meses mais de 4 mil procedimentos

Da redação

O Plantão da Mulher 24 Horas, inaugurado em setembro deste ano em Cuiabá, registrou em três meses de funcionamento 4.137 procedimentos entre registros de ocorrências, autos de prisões em flagrante, medidas protetivas de urgência, termos circunstanciados e oitivas.

A unidade, estruturada para proporcionar um acolhimento melhor às vítimas de violência doméstica e sexual na capital, atendeu também, por meio do serviço psicossocial, de 9 de setembro a 30 de novembro, 2.073 vítimas que necessitavam de acolhimento, escuta, avaliação de risco e encaminhamentos.

Os números divulgados pela Polícia Civil demonstram a importância do funcionamento da unidade que absorveu em torno de 33% dos procedimentos de plantão que antes eram realizados nas Centrais de Flagrante da Polícia Civil em Cuiabá e Várzea Grande.

Considerando as prisões em flagrante registradas pelo Plantão da Mulher, o mês de outubro teve o maior número: 118. No período total foram 289 prisões, de setembro a novembro.

Já o número de oitivas, outubro foi o mês com maior volume de pessoas ouvidas no Plantão 24 Horas – foram 1.123, seguido por

novembro, quando 816 pessoas foram ouvidas. Reunindo os números dos três meses, o total é de 2.560 oitivas, o que representa média de 31 pessoas ouvidas diariamente.

PERFIL DE ATENDIMENTOS – São atendidas na unidade especializada ocorrências envolvendo vítimas de violência doméstica e familiar, conforme especificado na Lei 11.340/2016 (Maria da Penha), além daquelas vítimas de crimes contra a dignidade sexual, de acordo com a Lei 12.015/2009 e as mudanças trazidas pelas leis 3718/2018 e 3772/2018 (importunação sexual e violação da intimidade da mulher). Também são realizadas prisões em flagrante, requerimento de medidas protetivas, entre outras providências de urgência necessárias, conforme cada caso atendido.

Após o procedimento ser registrado e atendido no Plantão 24 Horas, a ocorrência segue para investigação em unidade policial especializada, conforme o perfil da vítima.

ESTRUTURA DE ATENDIMENTO – O Plantão da Mulher 24 Horas tem salas apropriadas para acolhimento das vítimas, cartórios, salas de atendimento para as equipes policiais e psicossociais, além de uma brinquedoteca e playground para crianças.

A estrutura foi idealizada pela primeira-dama do Estado, Virgínia Mendes, que se empenhou pessoalmente e com apoio de voluntárias e de parceiros angariou recursos para mobiliário, equipar e decorar todo o prédio do Plantão 24 Horas. “Essa foi a primeira bandeira que assumi quando iniciamos a gestão, fiz questão de me envolver pessoalmente em tudo, pois sei que o combate à violência doméstica é algo essencial”, afirmou a primeira-dama, enfatizando também a necessidade de apoio do Estado para que as vítimas de violência doméstica possam adquirir independência financeira e conseguir sair do ciclo violento.

ACOLHIMENTO E ATENÇÃO – O procedimento, estabelecido na Lei 11340/2006 como tutela de urgência para salvaguardar a integridade física, psicológica ou patrimonial das vítimas de violência, é um dos mais requisitados no Plantão da Mulher.

Nos três meses de funcionamento do Plantão foram requeridas 700 medidas protetivas para vítimas de violência doméstica, o que representa média diária de quase nove pedidos. O mês de outubro registrou o maior número de pedidos, com 274 requerimentos.

(Com Assessoria de Imprensa)

RANKING NACIONAL

Cuiabá é a 10ª melhor cidade para negócios do Brasil

Da redação

Cuiabá é a 10ª melhor cidade do Brasil para fazer negócios no setor do comércio. É o que aponta o estudo “Melhores Cidades para Fazer Negócios 2.0”, produzido pela empresa Urban Systems para a revista Exame. No ranking, em que as cidades recebem notas de no máximo 10 pontos, Cuiabá aparece com a nota 5,4. A primeira colocada, Barueri (SP), recebeu nota 6,2.

O levantamento avalia as 326 cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes e monta um ranking das 100 mais atrativas para o desenvolvimento de negócios, considerando condições específicas através da metodologia de análise estatística IQM – índice de qualidade mercadológica.

Para avaliar o ambiente de negócios no setor do Comércio, foram levados em conta 11 indicadores, além de outros ligados ao macro cenário da pandemia de covid-19, que afetou a economia de todo o mundo. Dentre os 11 indicadores estão: empregos com média e alta remuneração, renda do trabalhador do comércio varejista e atacado, estabelecimentos comerciais varejistas e atacados, variação do número de empregos, crescimento populacional, banda larga por habitante, auxílio emergencial e renda do trabalhador formal.

Os indicadores que tiveram maior peso nessa avaliação foram cresci-



Gilberto Leite

Apesar da pandemia, Cuiabá figura entre as 10 melhores cidades para fazer negócios no Brasil

mento populacional, auxílio emergencial e renda média do trabalhador formal, nos quais Cuiabá demonstrou bom desempenho, com um acréscimo de 0,91% em sua população entre 2019 e 2020; média de R\$ 838,15 de auxílio emergencial do governo federal por habitante; e média de R\$ 4.075,00 de renda média dos trabalhadores com carteira assinada, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS 2019).

O setor atacado também se destacou no levantamento acerca do ambiente de negócios na capital mato-grossense, com crescimento na renda nominal do trabalhador de 17,18%, entre 2017 e 2018 e crescimento de 4,61% dos estabelecimentos.

A secretária municipal de Agricultura, Trabalho e Desenvolvimento Econômico, Débora Marques, comemorou o posicionamento de Cuiabá na pesquisa e afirmou que “o princi-

pal foco da atuação da Prefeitura é estabelecer o equilíbrio econômico e o bem-estar da sociedade cuiabana”. Segundo ela, a pandemia prejudicou muito a economia, causando o fechamento de empresas e perda de empregos, mas enfatizou que a gestão “está trabalhando muito para restabelecer os dois pilares que sustentam a economia cuiabana, que são o comércio e o setor de serviços. E estes apresentam bons sinais de aquecimento para o próximo ano”, afirma Marques.

A respeito da boa nota de Cuiabá em relação à renda média dos trabalhadores com carteira assinada, a secretária destaca que a pasta atua fortemente contra o trabalho informal. “Este não pode competir com o comércio formal. Precisamos regularizar para que a Prefeitura tenha receita, o comércio seja fortalecido, gere emprego e renda em nossa sociedade”.

DEMANDA AQUECIDA

Apesar das oscilações, setor registra melhor desempenho na geração de empregos em 7 anos e caminha para 2021 com perspectivas positivas

Construção civil lidera a retomada

Mayke Toscano/Secom-MT

**Da redação**

As oscilações no mercado da construção civil marcaram 2020 como o mais desafiador. O setor começou o ano com perspectivas positivas, mergulhou em uma frustração em março, com a pandemia, mas logo se recuperou. Desde maio o setor apresenta forte recuperação e termina o ano como o maior gerador de empregos do país. Até outubro foram mais de 138 mil vagas. Desse total, mais de 5,4 mil contratos de trabalho formais foram assinados em Mato Grosso.

A construção civil foi destaque no mercado de trabalho com carteira assinada em 19 estados, dentre eles Mato Grosso.

Ao todo, o país registrou 138.409 vagas formais no setor durante os dez primeiros meses do ano, conforme dados do Ministério da Economia. Na avaliação da entidade que representa o setor, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), esse é o melhor resultado para o período desde 2013, quando a construção gerou 207.787 novas vagas.

“As nossas atividades não foram paralisadas. Em março, imaginávamos que fecharíamos o ano com PIB negativo de até 11%. No entanto, vamos chegar ao fim do ano com projeção de redução de 2,8% e mais de 100 mil vagas geradas”, destaca José Carlos Martins, presidente da Cbic, durante coletiva à imprensa na última quinta-feira (17).

O aumento de canteiros de obras só não foi maior porque o setor enfrentou problemas de desabastecimento, principalmente no 3º trimestre do ano. O alto custo da matéria-prima, também reduziu o ritmo dos investimentos.



Construção civil foi o setor que mais gerou empregos no país até outubro, com 189 mil vagas

A procura por imóveis cresceu durante a crise, em razão dos estímulos econômicos: facilitação de acesso ao crédito, redução histórica da taxa básica de juros, a Selic, que termina o ano fixada à 2% a.a.

“Acredito que tivemos um bom ano, com muita rentabilidade e vendas. Porém, senti-

mos o reflexo das oscilações nos últimos meses, para falta de insumos e materiais de construção. No caso de imóveis, considerados alto padrão, por exemplo, tivemos muito canteiro de obras e demanda. No entanto, nos dois últimos meses percebemos uma diminuição, pois as cons-

trutoras estão encontrando dificuldade para precificar esses imóveis. Dessa forma, optaram por segurar o início das obras”, observam Luis Felipe Portella e Cristine Gabonski, corretores de imóveis em Cuiabá.

De acordo com o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-Ma-

teriais e Equipamentos), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a alta de preços dos insumos para construção, no período de janeiro a novembro, foi de 17,72%, a maior do período pós-real. Alguns insumos chegaram a registrar aumentos superiores a 50% no mesmo período.

INCENTIVOS

Indústria pede 'ajuda' do governo

Da redação

O custo de produção da indústria em Mato Grosso registrou alta de quase 35% durante a pandemia de 2020, segundo a Associação das Empresas do Distrito Industrial de Cuiabá (Aedic). O encarecimento da produção é observado em todo país, mas em Mato Grosso o setor pode ter um agravante. No dia 1º de janeiro de 2021, as empresas participantes do Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (Prodeic) terão redução em seus incentivos fiscais. Para evitar mais prejuízos, o setor tenta adiar esse corte para o fim de 2021.

“No final de 2019, foi feito um acordo com o governo do Estado para baixar 5% dos incentivos e em 2021 baixar mais 5%. O que acontece é que com a pandemia

deste ano, por mais que tiveram indústrias que venderam mais, os custos aumentaram estrondosamente e isso não foi repassado ao consumidor. Por isso pedimos que o governo mantenha esse mesmo percentual de 2020 para 2021”, defende Margareth Buzetti, presidente da Aedic.

A indústria de bebidas, por exemplo, as empresas que produzem sucos e refrigerantes possuem hoje um incentivo de 70% do ICMS para suas operações internas. Em janeiro de 2021 esse benefício passa para 65%.

Apesar de pequena, essa diferença se soma ao encarecimento de custo é a matéria-prima. Vários segmentos da indústria mato-grossense tiveram dificuldades em manter sua linha de produção por escassez de insumos, o que levou a um aumento nos pre-

ços de insumos e matérias-primas. Segundo Margareth, essa alta não foi repassada aos consumidores e foi absorvida compensada com a redução da margem de lucro dos empresários.

Por ter contido os reajustes deste ano, a retirada de 5% nos incentivos fiscais em janeiro pode ser insustentável para algumas empresas, aponta a representante do setor. Diante disso, a associação que representa as empresas do Distrito Industrial de Cuiabá encaminhou um ofício à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec) nesta semana, pedindo a prorrogação dos incentivos do Prodeic até 2021.

A solicitação será analisada nesta sexta-feira (18), na última reunião do Conselho Deliberativo dos Programas de Desenvolvi-

mento de Mato Grosso (Condeprodemat). O colegiado, presidido pelo secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, é quem delibera sobre o programa.

“O governo estadual ajustou as contas neste ano e tem condições de dar esse suporte devido à situação atípica deste ano. Acreditamos no bom senso do governador, que também é empresário e sabe ler os números. A indústria agora precisa ser olhada com mais carinho para não fechar e perder sua competitividade diante das outras regiões do país”, pede Margareth Buzetti.

Caso o pedido da associação seja acatado, o benefício não atenderá apenas as empresas instaladas no Distrito Industrial de Cuiabá, mas se estenderá a todas as participantes do Prodeic.



Christiano Antonucci/Secom-MT

Indústrias absorveram alta nos insumos e precisam dos incentivos para manter competitividade

O que é o Prodeic

Prodeic é um programa de incentivos fiscais criado pelo governo do Estado de Mato Grosso que tem por objetivo contribuir com a expansão, modernização e diversificação das atividades econômicas e, como consequência, o desenvolvimento social.

Empresas beneficiadas com o programa têm recolhimento menor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para que tenham maior aporte financeiro para gerarem empregos e desenvolverem suas regiões.

São dois os benefícios concedidos pelo programa, sendo eles a fruição parcial e integral. No caso da parcial, o incentivo é concedido quando a empresa está em fase de implantação e tem adiada a cobrança do ICMS na aquisição de matéria-prima.

Já no caso de fruição integral, a empresa precisa estar em funcionamento e ter efetuado investimentos. O programa reduz a base de cálculo nas operações internas e também crédito presumido das operações interestaduais.

INICIATIVA PIONEIRA

Governo assina parceria para manutenção pedagiada

Karine Miranda |
Sinfra-MT

O governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra), formalizou dois termos de colaboração junto à Associação Agrológica de Mato Grosso para a recuperação e manutenção de 419,3 quilômetros de rodovias estaduais nas regiões Centro-Oeste e Oeste de Mato Grosso.

A iniciativa é pioneira no Brasil, sendo Mato Grosso o primeiro estado a permitir que Organizações da Sociedade Civil realizem a manutenção e recuperação de rodovias, por meio de implantação e gestão de

pedágios. A medida vai garantir as boas condições de trafegabilidade e escoamento da produção agrícola pelas estradas estaduais.

As parcerias tem vigência de 10 anos e os investimentos previstos são da ordem de R\$ 453,297 milhões.

Este modelo de parceria está previsto na Lei Estadual nº 10.861/2019, que instituiu o Programa de Parcerias Sociais (PPP Sociais) e permite ao Poder Público transferir às Organizações da Sociedade Civil as rodovias, tanto para obras de pavimentação quanto para manutenção da malha rodoviária, por meio de chamamento público.

As duas parcerias referem-se ao Chamamento Público nº 08/2020 – em um trecho de 310,9 quilômetros das rodovias MT-010, MT-249 e MT-235, em Diamantino, Nova Mutum e Campo Novo do Parecis, respectivamente – e ao Chamamento Público nº 09/2020, em outros 108,4 quilômetros da MT-480, em Tangará da Serra.

TRECHOS E INVESTIMENTOS - A primeira parceria, para a manutenção pedagiada de 310,9 quilômetros, compreende três rodovias. Na MT-249, no trecho que vai do entroncamento da BR-163 em Nova Mutum até o entroncamento da MT-235, com extensão de

137,5 quilômetros. Já na MT-235, no trecho do entroncamento da MT-249 até o entroncamento da MT-170 em Campo Novo do Parecis, totalizando 74,4 quilômetros. E, por último, na MT-010, no trecho do entroncamento da BR-364 até o entroncamento da MT-160 em São José do Rio Claro, totalizando 99 quilômetros. O valor da parceria para investimentos é de R\$ 354,041 milhões, com previsão de instalação de três praças de pedágio.

A primeira praça será instalada no km 5 da MT-010, em Diamantino; a segunda praça será implantada no km 34 da MT-249, em Nova Mutum; e a última praça será

instalada no km 58 da MT-235, em Campo Novo do Parecis.

As praças de pedágio poderão ser implantadas a partir do terceiro mês da formalização dessa parceria. Já a cobrança da tarifa, no valor de R\$ 5,80, poderá ser realizada somente após a conclusão dos serviços iniciais de recuperação das rodovias.

Já a segunda parceria, para a manutenção pedagiada na MT-480, em Tangará da Serra, compreende o trecho que vai da duplicação da Avenida Nilo Torres, no município, até o entroncamento da MT-235. O valor do investimento a ser realizado é de R\$ 99,256 milhões e está prevista a instalação

de duas praças de pedágio na MT-480, localizadas no km 15 da rodovia, em Tangará da Serra, e no km 75, em Diamantino.

As praças de pedágio poderão ser implantadas a partir do sexto mês de formalização da parceria e a cobrança da tarifa, também no valor de R\$ 5,80, poderá ser realizada somente após a conclusão dos serviços iniciais de recuperação das rodovias.

Todo valor arrecadado através da cobrança de pedágio deverá ser integralmente investido em manutenção e melhoria das rodovias, uma vez que a Associação Agrológica é uma entidade sem fins lucrativos.

BR-163 EM MT

Retomada das obras de duplicação entre os municípios de Itiquira e Sinop depende da troca do controle acionário da Rota do Oeste

Novo grupo assume concessão

Marcos Vergueiro/Secom-MT



Da redação

A troca do controle acionário da Concessionária Rota do Oeste – responsável pelo trecho da BR-163 entre os municípios de Itiquira (MT) e Sinop (MT) – avança em 2020 e pode ser concluída no 1º trimestre do próximo ano. Parte desse desfecho nas negociações está relacionado às atividades do agronegócio, que sustentaram o fluxo de veículos na rodovia apesar da crise causada pela pandemia.

“A troca de controle da concessionária está avançada. O próprio governo federal já confirmou e dá subsídio para que esta reta final seja efetivada no 1º trimestre de 2021”, afirma Roberto Madureira, gerente de Relações Institucionais da Rota do Oeste.

A mudança no corpo de investidores deve destravar também as obras de duplicação pendentes ao logo do trecho concedido à Rota do Oeste (850,9 quilômetros). A obra inacabada tornou-se um problema para os usuários da pista e para os negócios do agronegócio, que dependem de rodovia para escoamento das safras. No entanto, foi justamente o potencial econômico do agro em

Mato Grosso que atraiu novos investidores para a concessão.

“Todas as outras concessões que participaram do pacote na época [2012] não conseguiram manter o contrato. Aqui [em Mato Grosso] o agro sustentou a troca do controle acionário. Mesmo durante a pandemia, em que as outras concessões tiveram grande frustração no tráfego – única fonte de sustentação –, aqui a queda não foi tão grande por causa de uma rotina de fluxo mantido pelo agro”, explica Roberto.

Ainda segundo Roberto, a estimativa de queda no fluxo de tráfego nas demais concessões foram de até 30%.

A Rota do Oeste assumiu um dos trechos de concessões rodoviárias concedidas na 3ª etapa do Programa de Investimentos em Logística do Governo Federal de 2012. Em 2016, passou a enfrentar problemas financeiros e não deixou de executar o projeto de duplicação.

A entrada de novos gestores na concessão do trecho da BR-163 em Mato Grosso dará celeridade às obras de duplicação do segmento que lhe cabe, sendo 453,6 km da via. Desse total, apenas 117,6 km foram duplicados pela gestão atual.

Nas demais extensões (400 km), as obras de duplicação são de responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), sendo que a manutenção e conservação desses trechos são de competência da Rota do Oeste.



Com a mudança no corpo de investidores, a expectativa é que as obras de duplicação serão destravadas

PRODUÇÃO NO CAMPO

Semeadura da soja chega ao fim

Da redação

Depois de registrar atrasos por falta de umidade, perdas e replantio, a semeadura da safra 2020/21 foi finalizada em Mato Grosso no dia 11 de dezembro. A conclusão dessa primeira fase causa um certo alívio ao sojicultor, mas as preocupações persistem. Além de manter sua atenção ao clima – que dá as cartas durante toda a temporada –, o risco de perdas é maior para o agricultor que escolheu o algodão para a segunda safra.

O ano, marcado pela pandemia, também será lembrado por momentos de apreensão nos campos de Mato Grosso. O clima também se mostrou desfavorável já no início da temporada da soja 2020/21. A falta de umidade atrasou o começo da semeadura e as irregularidades das chuvas perduraram até o fim dessa fase.

“O início da janela de semeadura da safra 20/21 no estado come-

çou com umidade do solo abaixo do normal. A consequência disso foi que os sojicultores aguardaram uma melhora nas condições climáticas para dar início aos trabalhos, atrasando a semeadura. Porém, muitos produtores que planejavam cultivar algodão 2ª safra arriscaram semear a oleaginosa no pó”, diz o boletim do Imea.

Na tentativa de evitar um atraso no algodão segunda safra, alguns agricultores que assumiram o risco contabilizaram prejuízos. O baixo nível de chuvas perdurou até o início de dezembro e fez com a área de 10,30 milhões de hectares previstos para o cultivo neste ano, 2,51% dela precisassem ser replantadas. Além dos gastos extras para refazer os trabalhos, o produtor contabiliza perdas na produtividade dessas áreas.

Já para os demais agricultores, o ápice do plantio ocorreu na segunda quinzena de outubro, período em que aproximadamente 6

milhões de hectares foram semeados, avanço que segundo o Imea foi considerado um recorde para o estado.

Com a finalização dos percalços da semeadura, a expectativa agora é que se tenha melhora nas condições climáticas para o desenvolvimento da planta. “A boa notícia é que as chuvas esperadas até o final do ano estão próximas da média histórica e podem auxiliar na melhora das condições da cultura”, afirma o instituto.

A estimativa do Imea para esta temporada é de uma produção de 35,49 milhões de toneladas. De acordo com o último levantamento da safra 2020/21 divulgado, a estimativa continua projetada acima da temporada 2019/20 (+0,24%).

ALGODÃO 2ª SAFRA – A estimativa da oferta da pluma de algodão em Mato Grosso para 2020 é de queda, segundo o último boletim da oferta e demanda divulgado pelo Imea, no dia 11 deste mês.

Para 2020, aguarda-se uma oferta de 1,85 milhão de toneladas de pluma, sendo um recuo de 17,10% em relação à safra 2019/20. Essa retração na oferta, conforme o Imea, é motivada pela redução na intenção de área e produtividade para a safra.

Depois do atraso na primeira safra, as incertezas quanto à semeadura da segunda safra prevaleceram para manutenção das estimativas da safra 2020/21 de algodão. Estima-se uma redução de 10,60% na área, sendo semeado 1,01 milhão de hectares.

Já quanto à exportação da pluma, por enquanto, a projeção para a safra futura foi mantida em 1,24 milhão de toneladas, queda de 21,37% em relação à safra anterior. Porém, ainda há o receio de que essa redução possa ser maior, pois são incertas as perspectivas quanto a demanda pela pluma no exterior, devido ao avanço da segunda onda da Covid-19.

RISCO JURÍDICO

No dia 2 deste mês, uma decisão cautelar do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou indícios de irregularidade em uma alteração contratual e determinou a redução no valor da tarifa de pedágio, um impacto de até 14%.

A alteração em questão foi firmada pela Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) com a Concessionária Rota do Oeste. A mudança incluía novas obras e serviços no contrato de concessão e provocou um reequilíbrio financeiro.

Para o relator do processo no TCU, ministro João Augusto Ribeiro Nardes, houve equívoco na metodologia utilizada para base de cálculo do reequilíbrio contratual, determinando, assim, a supressão de tarifa de pedágio sob efeitos financeiros dos quatro investimentos re-passados posteriormente à concessionária.

“Acolhi a medida cautelar alvitada nos presentes autos pelo representante do Ministério Público junto ao TCU, Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin, e determinei, com fundamento no art. 276, caput, do Regimento Interno do TCU, que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) suprimisse da tarifa de pedágio os efeitos financeiros dos seguintes investimentos: i) recuperação do trecho 108,2 km (km 130,2 - 261,9 e km 278,9 - 321,3); ii) o trecho 174,1 km (km 130,2 - 261,9 e km 278,9 - 321,3); e iii) travessias urbanas de Nova Mutum (km 592,9 - 600,7); Rondonópolis (km 125,2 - 130,2) e Sorriso (746,0 - 760,0); até que os encargos

efetivamente incorridos pela concessionária sejam devidamente avaliados, a partir de projetos aprovados pela ANTT, cuja implantação seja atestada em campo”, diz o voto do relator.

A decisão, publicada no dia 8 de dezembro, foi anulada no dia seguinte pela decisão liminar assinada pela juíza Diana Wanderley, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

“Ainda que o cálculo tenha sido equivocado, não dá para saber se será para mais ou para menos e não se pode retirar um valor do dia para a noite, lembrando que é a tarifa a principal fonte de receita de uma concessionária. Por isso buscamos garantir o direito de manutenção da tarifa com base no direito do reequilíbrio contratual”, aponta Roberto Madureira, gerente da Rota do Oeste.

Segundo Roberto, um dos efeitos da redução de até 14% na tarifa de pedágio seria a insegurança jurídica na reta final das negociações de troca do controle acionário. “Nossa maior preocupação é a troca do controle acionário. Pessoalmente falando, quando você tem investido em conversas, que estão avançadas, e a previsão de iniciar a retomada das obras a partir do ano que vem uma decisão que corta sua principal renda é, em resumo, um caso de insegurança jurídica”, observa ele.

Com a decisão liminar a favor da concessionária, nenhuma redução tarifária será aplicada. A votação em plenário dessa liminar ocorrerá no retorno do recesso judiciário em 2021.

MT PRODUTIVO

Mudas de café clonal são entregues

Rosana Persona | Empaer

Mais de 20 mil mudas de café clonal já foram entregues para agricultores dos municípios de Nova Olímpia, Porto Estrela, São José do Rio Claro e, em Barra do Bugres, na área indígena Umutina (aldeia Massepo).

As mudas estão sendo produzidas no Campo Experimental da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer), no município de Tangará da Serra (239 km a Médio-Norte de Cuiabá). Até o final deste ano, serão produzidos mais de 60 mil mudas de café para a Região Médio-Norte.

As mudas fazem parte do Programa Mato Grosso Produtivo-Café,

do governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (Seaf) e a Empaer, com apoio das prefeituras.

O supervisor do Campo Experimental de Tangará da Serra, Wellington Procópio, comenta que nesta primeira etapa foram beneficiados quatro municípios com a implantação de cinco Unidades de Referência Tecnológica (URT), numa área de um hectare cada. Na segunda etapa vão atender o município de Diamantino e a Baixada Cuiabana.

De acordo com Wellington, a implantação da produção de café clonal é uma técnica desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) do Estado de Rondônia.

E estão usando os clones de café altamente produtivos que pode chegar a 160 sacas de café por hectare.

O técnico agropecuário da Empaer Wanius de Souza Tavares fala que dois produtores do município de Porto Estrela receberam um total de 7.200 mudas de café. O produtor rural Leonildo Martins, proprietário de uma área de dois hectares na Comunidade Boi Morto, produz hortaliças, frutas e criação de abelhas. Ele recebeu 3.600 mudas de café, e no final de dezembro vai começar o plantio numa área de um hectare.

O produtor João Batista Ribeiro Oliveira, proprietário de 250 hectares de terra, trabalha com a pecuária de corte e recebeu também 3.600

mudas de café clonal. Wanius destaca que o município não tem cultivo de café e esses são os primeiros deste ano.

“Há mais de 20 anos, o município teve um cultivo de café e agora, a cafeicultura está sendo resgatada como uma alternativa sustentável e como fonte de renda para os agricultores”, enfatiza Wanius.

Os Centros de Pesquisa e Transferência de Tecnologia (CPTT) da Empaer dos municípios de Sinop e Cáceres, e o Campo Experimental de Tangará da Serra, em conjunto, vão produzir 310 mil mudas de café clonal até o final de 2020. O objetivo é atender agricultores familiares de 33 municípios, por meio do Programa Mato Grosso Produtivo-Café.